

Tarcísio dá controle de câmeras em fardas a PMs

Tarcísio muda sistema, e PMs vão controlar uso de câmeras

Equipamentos atuais gravam ininterruptamente; especialistas criticam alteração



Câmeras corporais usadas pelos agentes da Polícia Militar de São Paulo. Rubens Cavallari/Folhapress

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO O novo edital lançado pela gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) para a aquisição de 12 mil câmeras para a Polícia Militar sofreu alterações significativas em relação ao sistema atualmente em vigor, principalmente na forma como a gravação é feita.

Especialistas em segurança consultados pela reportagem apontam que o novo modelo pode trazer prejuízos para futuras investigações, ao deixar sob responsabilidade dos policiais na rua a ligação do equipamento.

Hoje a corporação conta com pouco mais de 10 mil câmeras que gravam de forma ininterrupta, sem que o policial precise ligá-las. Ele pode apenas acionar um dispositivo que melhora a qualidade da imagem e do áudio.

Com a mudança, caberá ao policial ligar a câmera para que a gravação tenha início. Além disso, uma central também poderá fazer o acionamento caso ela perceba que o agente na rua descumpriu o protocolo e não ligou o equipamento.

Dados mostram que a letalidade policial caiu após o início do programa de câmeras corporais. As mortes decorrentes de intervenção policial caíram 8% nos batallhões com os equipamentos em 2021. Já em 2022, a queda no número de mortos pela polícia no estado com idades entre 10 e 19 anos foi de 80%, e acelerou após a implementação dos dispositivos.

A Secretária da Segurança Pública, chefiada pelo ex-PM Guilherme Derrite, confirmou à Folha a alteração no sistema de gravação.

A pasta disse que no atual modelo de gravação ininterrupta muitas vezes os equipamentos acabam sem bateria durante as ações policiais. Além disso, afirmou que há um alto custo de armazenamento, embora apenas uma pequena parte do material seja aproveitada posteriormente em investigações.

"Tais condições inviabilizavam a expansão do sistema. Deste modo, a pasta optou por um modelo de câmera com acionamento manual e remoto, ampliando as funcionalidades em relação ao equipamento anterior", disse a secretária, em nota.

Ainda segundo a pasta, ao enviar uma equipe para uma ocorrência ou ao ser notificado por policiais na rua de um caso, o Copom (Centro de Operações da Polícia Militar) terá condições de verificar se o equipamento foi acionado ou não pelo agente. Em caso negativo, o dispositivo poderá ser ligado remotamente pela central.

A gestão Tarcísio afirmou também que o policial que não cumprir o protocolo será responsabilizado. "Todas as imagens captadas por meio dos equipamentos poderão ser acessadas de forma imediata e também ficarão armazenadas em um data center da Polícia Militar por tempo indeterminado".

Em nota enviada após a publicação da reportagem, a secretária da Segurança Pública enfatizou que os policiais

deverão sempre acionar as câmeras durante uma ocorrência. "Quando isso não acontecer o acionamento se dará remotamente e o policial será responsabilizado. Além disso, a câmera pode ser acessada remotamente e terá um sistema de 'buffer', para armazenar imagens 90 segundos antes de ser acionada, para que seja possível registrar toda a ocorrência desde o início", diz a nota.

A pasta afirmou ainda que "os índices de letalidade policial estão ligados diretamente à reação violenta dos suspeitos ao trabalho policial, que na atual gestão tem combatedo de forma mais efetiva, com treinamento, inteligência e tecnologia, todas as modalidades criminosas, em especial o crime organizado".

Procurador, o Ministério Público disse que defende o uso das câmeras corporais e que acompanha a sua implementação pela PM, mas que ainda vai analisar as mudanças antes de comentar o tema.

A Defensoria Pública de São Paulo e a ONG Conectas Direitos Humanos enviaram ao presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, um ofício em que demonstram preocupação com o novo plano estadual para o uso de câmeras corporais dos policiais militares. A informação foi antecipada pela coluna Mônica Bergamo no dia 19.

"O governo prometeu nos últimos meses que ia somar funcionalidades às câmeras corporais, e o que o edital está fazendo, na verdade, é substituir funcionalidades", diz o pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP Daniel Edler.

“A pasta optou por um modelo de câmera com acionamento manual e remoto, ampliando as funcionalidades em relação ao equipamento anterior”

Secretaria da Segurança Pública em nota

“O governo prometeu nos últimos meses que ia somar funcionalidades às câmeras corporais, e o que o edital está fazendo, na verdade, é substituir funcionalidades”

Daniel Edler pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP

sador do Núcleo de Estudos da Violência da USP Daniel Edler.

"Está tirando da câmera os atributos que tornavam ela um equipamento bom para fiscalização do uso da força e transformando as câmeras só em um instrumento operacional da polícia. É por isso que vem com áudio bidirecional, com reconhecimento facial, com reconhecimento de placa".

Essas três funcionalidades citadas por ele estão previstas no novo edital e não existem nas câmeras atuais. Edler diz que estudos indicam que as câmeras que gravam ininterruptamente têm um efeito maior sobre a redução do uso da força. "Quando elas só gravam com a intenção de fiscalizar, a redução do uso da força tem um grau muito mais baixo e já há vários estudos indicando que chega a ser irrisório ou até nulo".

Diretora executiva do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo afirma que o texto do edital não deixa claro como deve funcionar o formato das gravações.

"No programa atual, a câmera grava ininterruptamente, ela fica o tempo todo gravando quando você tem uma ocorrência, o policial aciona a gravação intencional, então você pega áudio, você pega a gravação com maior precisão. O modelo atual do programa tem essa gravação ininterrupta porque ele serve para muitas coisas, inclusive um compliance mais amplo da atividade policial".

O tema câmeras já sofreu várias reviravoltas na atual gestão, com declarações contrárias e favoráveis tanto de Tarcísio quanto de Derrite. O governador chegou a questionar a efetividade do uso dos equipamentos pelos policiais.

Porém, em abril ele assinou o compromisso do uso de câmeras durante operações da PM no estado. O acordo foi feito com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, no âmbito de uma ação na qual a Defensoria Pública paulista pediu a obrigatoriedade do uso dos aparelhos nas ações.

Das 10 mil câmeras atualmente em funcionamento, o contrato de 3,000 vence no dia 1º de junho. Como elas funcionam em um sistema de comodato, deveriam voltar para a empresa dona dos equipamentos após esta data. Um segundo lote vence em julho.

A Secretária da Segurança Pública, porém, afirmou que vai renovar os contratos atuais até que a nova licitação seja concluída e que não há risco de que falem câmeras.

Pelo novo edital, as câmeras, a serem adquiridas por comodato por um período de 30 meses prorrogáveis por até 60 meses, devem ter funcionalidades extras como reconhecimento facial, reconhecimento de placas de veículos furtados ou roubados, entre outras especificações técnicas. A empresa vencedora também terá que manter funcionários no comando da PM para suporte.

Na tarde desta quinta-feira (23) dezesseis entidades da sociedade civil, entre elas a Conectas, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Fogos Cruzados e a Comissão Armas manifestaram preocu-

pação com o novo edital para contratação das câmeras.

Em um texto conjunto, o grupo afirma que as mudanças vão precarizar o programa de câmeras da PM paulista. "Dentre os principais pontos de alteração, destacamos precarização com o fim das gravações ininterruptas (vídeo de rotina), o tempo de armazenamento dessas imagens para uso da polícia judiciária e do próprio sistema de justiça criminal e, principalmente, os requisitos para as empresas participarem do processo licitatório", diz a carta.

As entidades ainda se queixam de que a nova licitação reduz o tempo de armazenamento de vídeos intencionais de 305 para 30 dias.

Conforme a gestão Tarcísio, o estado possui 10,125 câmeras corporais, as quais permitem cobrir 52% do trabalho operacional. "Com o novo edital, além de manter a cobertura atual e aperfeiçoar a tecnologia, haverá uma expansão de 18%, permitindo atender também outros comandos de policiamento".

Edital vai permitir melhor gestão, afirma governador

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou nesta quinta-feira (23) que as novas funcionalidades das câmeras corporais dos policiais militares vão permitir "melhor governança" e maior controle das imagens captadas e das operações em campo.

Questionado sobre a possibilidade de perda de controle com as novas regras, o governador negou e disse que as novas regras irão permitir a possibilidade de retroagir no tempo. "Por exemplo, ouve o estampido, o Copom pode acionar a câmera com o tempo retroativo", disse o chefe do comando da Polícia Militar. "Tem um compromisso maior e você sai daquela situação de ir para uma operação e acabou a bateria, a câmera não filmou", continuou.

O secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, afirmou que as novas funcionalidades irão entrar em vigor assim que as empresas interessadas em fornecer os equipamentos atendam o edital para a aquisição de 3,125 câmeras em julho, e outras 7,000 em agosto.

"Nós estamos aumentando as medidas de compliance com possibilidade de visualização dos superiores imediatos de casos que aconteceram logo após a ocorrência", disse Derrite.

Segundo ele, as novas câmeras irão aumentar a capacidade de gravação de 12 para 14 horas e terão melhorias na bateria. "O superior imediato, ou até mesmo o Copom, de maneira remota, em qualquer local do estado, independente de onde o policial esteja, vai poder acionar e rever o ato no momento que ele quiser. Um review que ele pode ver como se fosse um vídeo do YouTube", disse Derrite.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Página: 1